

⇒ PARECERES PROFERIDOS NAS COMISSÕES TÉCNICAS:

Saúde:

APROVADO na Comissão de Constituição e Justiça o parecer do relator, deputado Jorge Felipe Neto, ao Projeto de Lei nº 4.348/2018, de autoria do deputado Gustavo Tutuca, que “Institui a obrigatoriedade da exibição de quadros de aviso com fotos de animais peçonhentos e sintomas dos acidentes com eles provocados, em todas as unidades de saúde de emergência e de pronto atendimento, públicas e privadas, do estado do Rio de Janeiro”, **pela constitucionalidade, com emenda.**

Link para acessar o parecer da CCJ com emenda

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/eaadd04710ae173a832583ad0070e389?OpenDocument>

Educação:

APROVADO na Comissão de Constituição e Justiça, o parecer do relator, deputado Márcio Pacheco, ao Projeto de Lei Nº 99/2019, que “Obriga os estabelecimentos de ensino no estado do Rio de Janeiro fornecer diploma em braille para alunos com deficiência visual na conclusão do ensino médio e ensino superior”, **pela constitucionalidade, com emendas.**

Link para acessar o parecer da CCJ com emenda

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1923.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/2592508068fffb5f832583ac0070ca05?OpenDocument>

Defesa do Consumidor:

APROVADO na Comissão de Constituição e Justiça o parecer do relator, deputado Dr. Serginho, ao Projeto de Lei nº 3859/2018, de autoria da deputada Martha Rocha, que “Dispõe sobre a exibição dos preços por unidade de medida nos estabelecimentos comerciais de revenda ao consumidor final de produtos fracionados, promocionais ou não, no âmbito do estado do Rio de Janeiro”, **pela constitucionalidade.**

APROVADO na Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Lei nº 4150/2018, de autoria dos deputados Bebeto e outros, que “Dispõe sobre o Serviço De Atendimento Ao Cliente (SAC) ou ouvidoria via telefone, para reclamar, elogiar, cancelar ou qualquer comunicação feita ou recebida pelo cliente de empresas de qualquer atividade, no estado do Rio de Janeiro”, **pela constitucionalidade com emenda.**

Link para acessar o parecer da CCJ com emenda

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/03c7a001e2f717e0832583ad006102d5?OpenDocument>

Economia Solidária

APROVADO na Comissão de Constituição e Justiça o parecer do relator, deputado Carlos Minc, ao Projeto de Lei nº 4.307/2018, que "Institui o programa estadual de desenvolvimento de produção artesanal e orgânica no estado do Rio de Janeiro", **pela constitucionalidade.**

Segurança Pública

APROVADO na Comissão de Orçamento Finanças Fiscalização Financeira e Controle, o parecer favorável do relator, deputado Rodrigo Amorim, à emenda de plenário ao projeto de lei nº 772/2015, que "Dispõem sobre a regulamentação dos internos nos sistemas prisionais do estado do Rio de Janeiro na forma que menciona", **com voto contrário do deputado Carlos Macedo.**

Assuntos Petróleo e Gás

APROVADO na Comissão de Constituição e Justiça o parecer do relator, deputado Max Lemos, ao Projeto de Lei nº 95/2019, que "Altera a lei nº 2.629 de 27 de setembro de 1996 e a lei nº 7.686 de 12 de setembro de 2017, para dispor sobre a exibição dos valores de combustíveis comercializados nos postos, bem como dos percentuais de diferença de preços entre eles na forma que menciona", **pela constitucionalidade.**

⇒ PROJETO DE LEI APRECIADO PELO PLENÁRIO:

Redação Final

Projeto de Lei nº 742/2015

Dispõe sobre a instalação de bicicletários nos estacionamentos públicos e privados, no âmbito do estado do Rio de Janeiro.

Redação do vencido para 2ª discussão

Projeto de Lei nº 2648-A/2017

Dispõe sobre a vedação da desigualdade salarial, por motivo de sexo ou raça, nas empresas fornecedoras de produtos ou prestadoras de serviço ao estado do Rio de Janeiro, estabelece mecanismos de fiscalização e dá outras providências.

APROVADO a redação final do Projeto de Lei 09/2019, de autoria do deputado Rosenverg Reis, que “Torna obrigatória à disponibilização de ar-condicionado nas Unidades de Pronto Atendimento (UPAS), hospitais públicos e privados no âmbito do estado do Rio de Janeiro”, vai a autógrafo.

Link para acessar o texto encaminhado a autógrafo

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1923.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/2477cc50ff8f6167832583c900699c7f?OpenDocument>

APRECIADO o Projeto de Lei 371-A/2015, de autoria do deputado Waguinho, que “Fica obrigada a impressão da data de validade no rotulo dos produtos cosméticos e de maquiagem produzidos no estado do Rio de Janeiro”, o PL recebeu quatro emendas e retorna às Comissões para análise das emendas.

Link para acessar as emendas

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/d186f1a283dc68c5832583ca0065d231?OpenDocument>

APROVADO o Projeto de Lei 2596-A/2013, de autoria do deputado Paulo Ramos, que “Altera a Lei 2.772, de 25 de agosto de 1997, que dispõe sobre o peso máximo tolerável do material escolar transportado diariamente por alunos do pré-escolar e 1º grau da rede escolar pública e privada do estado do Rio de Janeiro”. O PL vai a autógrafo.

Link para acessar o texto encaminhado a autógrafo

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1115.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/ac2fab0fff1c26d8832583c9006a9898?OpenDocument>

1ª DISCUSSÃO:

APROVADO o Projeto de Lei nº 3713/2017, de autoria da deputada Martha Rocha, que “Dispõe sobre a vedação da exigência de experiência prévia na seleção de estagiários”. O PL retorna em 2ª discussão.

Sessão Ordinária

ANALISE DE VETOS - destaque para os seguintes vetos:

Vetos rejeitados

- **Veto total ao projeto de lei 148/11**, do deputado André Ceciliano (PT), que cria o programa estadual de aquisição de imóveis usados. Pela proposta, os imóveis serão disponibilizados aos moradores de áreas de risco e vítimas de calamidade e catástrofes no estado. Terão preferência as famílias chefiadas por mulheres, famílias com idosos e com pessoas com deficiência.
- **Veto total ao projeto de lei 3.162/17**, do ex-deputado Paulo Ramos, que proíbe agentes públicos da área de segurança de divulgar informações sobre qualquer tipo de investigação criminal.
- **Veto total ao projeto de lei 564/15**, do ex-deputado Tio Carlos, que torna obrigatória nas maternidades a realização do teste do quadril, um exame que detecta casos de displasia. Trata-se de uma alteração congênita em que o bebê nasce com um encaixe imperfeito entre o fêmur e o quadril.
- **Veto total ao projeto de lei 1.268/15**, do ex-deputado Zaqueu Teixeira, que permite que microempreendedores individuais (MEI) possam optar pela inscrição no Cadastro de Contribuintes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (CAD-ICMS). Hoje, a categoria é enquadrada no Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais de Tributos Abrangidos pelo Simples Nacional (SIMEI).
- **Veto total ao projeto de lei 853/11**, do ex-deputado Marcelo Simão, que determina a reserva para pessoas com deficiência de 15% das vagas de trabalho em eventos esportivos ou culturais promovidos ou apoiados pelo Governo do Estado.
- **Veto parcial ao projeto de lei 4.243/18**, que se tornou a Lei 8.247/18, que criou o Plano Estadual de Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca, com o objetivo de democratizar o acesso aos livros, valorizar a leitura, desenvolver a economia do setor e fomentar a criação e a produção literárias. Alguns dos trechos vetados determinam que a Conferência Estadual de Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca seja realizada a cada dois anos e o Prêmio Fluminense de Literatura, todo ano. Outro artigo retirado estabelece que a verba para implementar o plano seja retirada da dotação orçamentária dos órgãos e entidades executores das ações.
- **Veto total ao projeto de lei 2.188/16**, do ex-deputado Dr. Julianelli, que cria o programa de incentivo à produção de polpas de frutas regionais. Segundo o texto, o Governo do Estado deverá incentivar pequenos produtores e agricultores familiares que já cultivem fruticultura.

- **Veto total ao projeto de lei 2.832/17**, do deputado André Ceciliano (PT), que autoriza o Governo do Estado a celebrar convênios com empresas públicas e privadas para a manutenção da frota de veículos da área de segurança - os automóveis e motocicletas usados pelas polícias Civil e Militar.

Vetos mantidos:

- **Veto total ao projeto de lei 2.123/13**, do ex-deputado Nelson Gonçalves, que determina que os recursos provenientes da aplicação de multas administrativas pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA) à Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) sejam investidos na região de Volta Redonda, no Médio Paraíba, onde está localizada a empresa.

- **Veto total ao projeto de lei 165/15**, do ex-deputado André Lazaroni, que cria o Cadastro Estadual de Inidôneos e Suspensos (CEIS), um sistema que deverá ter todas as informações pertinentes às sanções aplicadas pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado do Rio a empresas ou pessoas.

- **Veto total ao projeto de lei 1.377/12**, do ex-deputado Gilberto Palmares, que obriga empresas que prestam serviço para a administração direta e indireta do estado a apresentarem a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) nos processos licitatórios em que concorram.

- **Veto total ao projeto de lei 185/15**, do ex-deputado Zito, que obriga o poder público a reativar a Estação Ferroviária de São Bento, localizada em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense.

- **Veto total ao projeto de lei 4.107/18**, dos deputados Carlos Minc (PSB) e André Ceciliano (PT), que determina que a aplicação das técnicas radiológicas seja executada exclusivamente por técnicos e tecnólogos em radiologia. O texto abrange as seguintes atividades: radiodiagnóstico, radioterapia, medicina nuclear, radioisotopia, radiologia industrial e imagiologia.

Vetos retirados de pauta:

- **Veto total ao projeto de lei 2.294/16**, do ex-deputado Flávio Bolsonaro, que isenta servidores públicos e militares do estado - ativos inativos e seus pensionistas - de custas judiciais enquanto vigorar o estado de calamidade pública no Estado do Rio de Janeiro. O texto altera a Lei 3.350/99, que trata das custas judiciais e das taxas de serviços notariais e de registros.

Sessão extraordinária
Dia: 27/03/2019

ANALISE DE VETOS - destaque para os seguintes vetos:

Vetos rejeitados

- **Veto parcial ao projeto de lei 826/15**, do deputado André Ceciliano (PT), que se transformou na Lei 8.253/18 e criou o Programa Estadual de Acolhimento de Refugiados no Estado do Rio. Ao todo, seis partes da proposta foram vetadas, entre elas a obrigatoriedade de o Governo do Estado instalar postos de atendimentos específicos para a realização de cadastro voluntário dos refugiados, a ser utilizado para triagem das necessidades específicas de cada indivíduo. Outros trechos vetados determinam a realização de campanhas periódicas, por parte do Executivo, para o estímulo do acolhimento de refugiados pelas famílias fluminenses; a criação de ações sociais voltadas à capacitação e prestação de serviços gratuitos, como cursos de português, aos refugiados; a realização de eventos culturais para enaltecer as manifestações regionais dos países de origem dos refugiados e a inclusão dos refugiados nos cadastros de programas habitacionais do Estado do Rio.

- **Veto total ao projeto de lei 2.943/17**, do ex-deputado Nivaldo Mulim, que obriga as delegacias de polícia responsáveis por registrar boletins de ocorrência de furto ou roubo de veículos a divulgar, por meio de uma placa, os direitos dos proprietários a ter restituição de parte do IPVA pago.

- **Veto total ao projeto de lei 795/15**, do ex-deputado Wagner Montes, que estabelece que os profissionais da área de saúde responsáveis pelo tratamento de alunos com deficiência, mobilidade reduzida, transtornos globais de desenvolvimento, ou que tenham altas habilidades e superdotação possam ter acesso às escolas públicas e privadas do estado.

- **Veto total ao projeto de lei 2.832/17**, do deputado André Ceciliano (PT), que autoriza o Governo do Estado a celebrar convênios com empresas públicas e privadas para a manutenção da frota de veículos da área de segurança - os automóveis e motocicletas usados pelas polícias Civil e Militar.

- **Veto total ao projeto de lei 2.210/16**, que institui a Política Estadual de Economia Solidária. O objetivo da proposta é desenvolver empreendimentos e redes de economia solidária por meio de programas, projetos e convênios firmados entre entidades da sociedade civil e do poder público. O texto é de autoria dos deputados Carlos Minc (PSB), Waldeck Carneiro e Zeidan, ambos do PT e do ex-deputado Zaqueu Teixeira.

- **Veto total ao projeto de lei 3.773/18**, de autoria do deputado Waldeck Carneiro (PT) e do ex-deputado Zaqueu Teixeira, que autoriza o Poder Executivo a criar o Circuito Fluminense de Economia Solidária. O circuito promoverá eventos, tais como feiras, festivais, exposições, entre outros, com o fito de apoiar a comercialização de produtos oriundos da cadeia produtiva da economia solidária, observados os princípios norteadores da economia solidária e do comércio justo.

- **Veto parcial ao projeto de lei complementar 58/18**, de autoria do Executivo, que se transformou na Lei Complementar 183/18. A norma prorrogou o prazo de vigência do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECP) até o dia 31 de dezembro de 2019. Ao todo, sete partes da proposta foram vetadas. Entre elas, o trecho que proíbe o uso de recursos do Fundo para ações não listadas na lei, além de artigos que vinculam parte dos recursos a programas específicos, como a prevenção de riscos geotécnicos e projetos voltados à educação inclusiva. Também foi vetado o artigo que proíbe a redução orçamentária para os programas relativos à mobilidade urbana, como o Bilhete Único Intermunicipal, além do artigo que proíbe a destinação de recursos do fundo às Organizações Sociais.

- **Veto total ao projeto de lei 1.179/2015**, de autoria do deputado Carlos Minc (PSB) e da ex-deputada Marcia Jeovani, que cria o Programa de Incentivo aos Polos de Economia Sustentável, Circular e Criativa (PESCC). Segundo o projeto, são considerados empreendimentos da economia criativa sustentável quaisquer tipos de arte, produção de mídia, além dos patrimônios culturais e das criações funcionais, como moda, arquitetura, animações digitais e jogos eletrônicos. Os princípios do programa são pautados pela diversidade cultural, sustentabilidade, inovação e inclusão social integral de segmentos da população.

- **Veto parcial ao projeto de lei 2.837/17**, da deputada Zeidan Lula (PT), que se tornou a Lei 8.287/19, definindo que estabelecimentos prestadores de serviços de assistência técnica de qualquer natureza passem a fornecer aos consumidores, desde que solicitados por escrito, um protocolo de atendimento informando data, horário e motivo do comparecimento. O trecho vetado retira a aplicação das penalidades do Código de Defesa do Consumidor aos infratores.

- **Veto parcial ao projeto de lei 2.616/17**, do deputado Waldeck Carneiro (PT), que se tornou a Lei 8.289/19, obrigando empresas prestadoras de serviço de entregas a disponibilizarem gratuitamente nota fiscal. O trecho vetado retira a aplicação de multa aos infratores da norma segundo o Código de Defesa do Consumidor.

- **Veto total ao projeto de lei 4.148/18**, do deputado Luiz Paulo (PSDB) e do ex-parlamentar Gilberto Palmares, que obriga o Governo do Estado a destinar 5% do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECP) ao Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social (Fehis).

- **Veto total ao projeto de lei 2.625/17**, que cria o Programa do Empreendedor Cultural, da deputada Enfermeira Rejane (PCdoB) e do ex-parlamentar Dr. Julianelli. O foco do programa estará no desenvolvimento de estratégias para o fortalecimento do setor, com ênfase nos segmentos artísticos e identitários e em comunidades quilombolas, indígenas e tradicionais, além de outras minorias sociais. Também deverá ser formada uma rede de micro e pequenos empreendedores culturais para o desenvolvimento de negócios solidários.

- **Veto total ao projeto de lei 4.513/18**, do deputado Flávio Serafini (PSol), que obriga os hospitais da rede pública estadual a incluírem pelo menos 30% de produtos orgânicos ou de base agroecológica na alimentação fornecida aos pacientes.

- **Veto parcial ao projeto de lei 1.051/15**, do deputado Rosenverg Reis (MDB), que se transformou na Lei 8.288/19 e instituiu o selo "Bicho a Salvo" a todas as empresas e instituições do Estado do Rio que não utilizem animais em experimentos científicos de qualquer natureza. Dois artigos do projeto foram vetados. Ambos previam a intervenção e competência da Secretaria de Desenvolvimento Econômico para o cadastro, análise e avaliação das empresas.

Vetos mantidos:

- **Veto parcial ao projeto de lei 865/15**, do deputado Dionísio Lins (PP), que se transformou na Lei 8.252/18 e determinou que as estatísticas pesqueira e aquícola fossem levadas em conta para a elaboração de políticas públicas. Ao todo, três artigos da proposta foram vetados. Entre eles a determinação que as estatísticas sejam realizadas através de órgão do Poder Executivo, sendo disponibilizadas informações sobre produção, processamento e desenvolvimento pesqueiro e aquícola no território fluminense. Outro artigo vetado estabelece que para executar e divulgar a estatística pesqueira oficial no Estado do Rio, o órgão responsável poderá receber recursos de fundos estaduais e de compensações ambientais, celebrar parcerias com a iniciativa privada e outras formas de cooperação.

- **Veto total ao projeto de lei 1.123/15**, de autoria da ex-deputada Tania Rodrigues, que propõe que as empresas do setor têxtil podem ser obrigadas a incluir em suas peças etiquetas em braile, com letras ampliadas ou outro meio acessível a pessoas com deficiência visual.

- **Veto total ao projeto de lei 2.350/17**, da deputada Tia Ju (PRB), que determina que 2% dos recursos arrecadados pela aplicação de multas da Lei Seca sejam revertidos para à Fundação para a Infância e Adolescência (FIA). De acordo com o projeto, a FIA deverá usar a verba exclusivamente para ações, programas e atendimentos de proteção à criança e ao adolescente e a pessoas com deficiência.

- **Veto total ao projeto de lei 93/15**, do ex-deputado Átila Nunes, que obriga hospitais e clínicas públicas e privadas do Estado do Rio a utilizarem cateteres venosos com encaixes de formatos diferenciados e cores distintas para administração de medicamentos nos pacientes. O objetivo é que esses cateteres não sejam confundidos com outros dispositivos ou sondas.

- **Veto total ao projeto de lei 4.177/18**, de autoria da deputada Lucinha (PSDB), que determina que os estabelecimentos comerciais poderão ser obrigados a vender com pelo menos 10% de desconto os produtos exibidos em mostruário que estejam na condição de último exemplar.
- **Veto total ao projeto de lei 4.431/18**, da deputada Enfermeira Rejane (PCdoB), que determina que as Organizações Sociais de Saúde reservem, no mínimo, 10% das vagas que firmarem com o Poder Executivo para o primeiro emprego de auxiliares de enfermagem, técnicos de enfermagem e enfermeiros.
- **Veto parcial ao projeto de lei 2.016/16**, do ex-deputado Comte Bittencourt, que se tornou a Lei 8.298/19. O texto altera a Lei 4.191/03, responsável por estabelecer a Política Estadual de Resíduos Sólidos, definindo normas para a disposição de resíduos em áreas de aquífero. O trecho vetado determina que aterros já existentes, que não tenham sistema de tratamento de chorume ou tenham com dimensões inferiores às necessárias para o volume determinado pela norma, terão prazo de dois anos para implantá-lo ou adequá-lo.
- **Veto total ao projeto de lei 49/15**, do deputado Carlos Minc (PSB), que torna obrigatório o tratamento secundário de esgoto antes do despejo em cursos de águas naturais do estado. Esta etapa consiste na remoção de matéria orgânica e nutrientes após o tratamento primário, em que apenas detritos sólidos são retirados.
- **Veto total ao projeto de lei 1.948/13**, do deputado Luiz Martins (PDT), que propõe que as montadoras de veículos que vendem carros nas concessionárias no estado podem ser obrigadas a exibir em toda a frota a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (Ence). A Ence foi desenvolvida pelo Inmetro para indicar quantos quilômetros o veículo roda com um litro de gasolina ou etanol, além de estabelecer uma nota que indica o nível de aproveitamento do combustível. O selo deverá ficar colado no vidro traseiro do veículo.
- **Veto parcial ao projeto de lei 4.096/18**, do deputado Carlos Minc (PSB), que se transformou na Lei 8.308/19 e criou o Programa Estadual de Incentivo ao Ciclismo de Montanha nos parques estaduais e nas trilhas localizadas em áreas públicas ao redor. A parte do projeto vetada diz que o Poder Executivo, através do órgão ambiental competente, seja responsável pela manutenção e fiscalização dos circuitos internos de trilhas, podendo realizar parceria com os municípios, com as associações representativas do ciclismo e com a iniciativa privada.
- **Veto total ao projeto de lei 3.909/18**, do ex-deputado Janio Mendes, que institui a Política de Incentivo ao Cultivo, Colheita e Comercialização da espécie vegetal Aroeira. A ideia é promover no estado o desenvolvimento integrado das etapas de produção e comercialização da planta.

- **Veto total ao projeto de lei 2.381/17**, que institui a Política de Apoio à Agricultura Urbana no Estado do Rio, voltada para a segurança alimentar e nutricional da população através de bases sustentáveis. A proposta é dos deputados Carlos Minc (PSB), Flávio Serafini (PSol), Waldeck Carneiro (PT) e dos ex-parlamentares Dr. Julianelli e Nivaldo Mulim.

Veto retirado de pauta:

- **Veto total ao projeto de lei 4.378/18**, do ex-deputado André Lazaroni, que institui procedimentos para a elaboração, análise e apresentação da prestação de contas de projetos, ações e programas realizados por meio do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura (Lei 7.035/15).

Sessão Extraordinária:
28/03/2019

ANALISE DE VETOS - destaque para os seguintes vetos:

Vetos rejeitados

- **Veto parcial ao projeto de lei 4.174/18**, do ex-deputado Dr. Julianelli, que se transformou na Lei 8.280/19 e tornou de relevante interesse ambiental a conservação e a proteção dos ecossistemas de montanha no estado. Foi derrubado o veto ao artigo que determina que o Instituto Estadual do Ambiente (Inea), consultando o Conselho Estadual do Meio Ambiente (Conema), estabelecer metas de conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas e recursos das montanhas, além de outros programas e planos de preservação ambiental.

- **Veto total ao projeto de lei 3.358/17**, da deputada Lucinha (PSDB), que cria uma linha social de barcas entre a Praça XV, no Centro do Rio, e a Baía de Sepetiba, que banha os municípios do Rio de Janeiro, Itaguaí e Mangaratiba. Segundo o texto, o serviço público de transporte coletivo de passageiros deverá ser prestado pelo Estado do Rio de forma indireta, por regime de concessão.

- **Veto total ao projeto de lei 2.089/16**, de autoria do deputado Samuel Malafaia e do ex-deputado Jorge Picciani, que altera a Lei 7.402/16, que determinou que pessoas feridas em acidentes de trânsito sejam levadas pelo Corpo de Bombeiros para hospitais particulares conveniados a seus planos de saúde. A proposta atual inclui o Serviço Móvel de Urgência (Samu) como possível responsável pelo encaminhamento, assim como o Corpo de Bombeiros. O projeto também atribui ao médico da Central da Regulação a destinação do acidentado, caso seja possível identificar imediatamente o hospital privado mais próximo com atendimento de emergência que aceite o respectivo convênio.

- **Veto total ao projeto de lei 1.339/12**, do ex-deputado Flávio Bolsonaro, que estabelece que os proprietários de veículos desobrigados de vistoria possam optar por receber o Certificado de Registro de Licenciamento de Veículo (CRLV) pelo correio ou escolher um posto de vistoria do Detran para retirá-lo.

Veto mantido:

- **Veto total ao projeto de lei 1.649/16**, da deputada Lucinha (PSDB), que obriga as concessionárias que fazem o transbordo e o tratamento de resíduos sólidos a investirem 5% do valor recebido de seus contratos em estímulos à reciclagem.

Vetos retirados de pauta:

- **Veto total ao projeto de lei 1.506/12**, da deputada Lucinha (PSDB). O projeto altera a Lei 2.657/96, que regulamentou o ICMS no Estado do Rio. O novo texto estipula que o ICMS não seja cobrado até o consumo de energia elétrica atingir o limite de 99 quilowatts/hora mensais. Será cobrada uma alíquota de 6% quando o consumo for entre 100 e 199 quilowatts/hora mensais. Já para consumo de energia entre 200 e 299 quilowatts/hora mensais a taxa aplicada será de 12%. Uma alíquota de 18% incidirá sobre a faixa de consumo estabelecida entre 300 e 350 quilowatts/hora mensais. Já para gasto de energia acima de 350 quilowatts/hora por mês será aplicada uma taxa de 25%.

Sessão Ordinária

APRECIADO, em segunda discussão, o **Projeto de Lei 3713/2017**, de autoria da deputada Martha Rocha, que “Dispõe sobre a vedação da exigência de experiência prévia na seleção de estagiários”. O PL recebeu 11 emendas e retorna às Comissões Técnicas.

⇒ SINOPSE DIÁRIO OFICIAL - PARTE I:

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

AGORA É LEI:

LEI 8.317 DE 21 DE MARÇO DE 2019

Oriunda do PL 2725/14

Autor: deputado Dr. José Luiz Nanci

Dispõe sobre a obrigatoriedade do shopping centers e centros comerciais de liberar o uso gratuito do estacionamento aos usuários dos postos Poupatempo. (DO-I de 22/3/19)

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 46.606 de 21 de março de 2019
Cria o Programa Rumo ao Rio. (DO-I de 22/3/19)

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA

Comissão da Reforma Tributária

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 26 DE MARÇO DE 2019

Dispõe sobre o funcionamento da Comissão de Reforma Tributária do estado do Rio de Janeiro. Plano de Ação - Visão Geral (DO-I de 27/3/2019)

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEFAZ/SEAP Nº 03 DE 14 DE MARÇO DE 2019

Define tipos processuais utilizados pela secretaria de estado de administração penitenciária que passarão a ser autuados e tramitados pelo sistema eletrônico de informações (SEI-RJ). (DO-I 28/3/19)

RESOLUÇÃO SEFAZ Nº 23 DE 27 DE MARÇO DE 2019.

Dispõe sobre a arrecadação de tributos e outras receitas estaduais. (DO-I 28/3/19)

RESOLUÇÃO SEFAZ Nº 24 DE 27 DE MARÇO DE 2019

Altera o anexo VII da Parte II da Resolução SEFAZ nº 720/14, que dispõe sobre escrituração fiscal digital. (DO-I 28/3/19)

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL

RESOLUÇÃO SEPOL Nº 09 DE 20 DE MARÇO DE 2019

Aprova o Edital de Chamada Pública do Programa “Juntos com a Polícia”, e dá outras providências. (DO-I de 27/3/19).

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

RESOLUÇÃO Nº 019 DE 20 DE MARÇO DE 2019

Regulamenta os procedimentos para apresentação e análise das prestações e análise das prestações de contas pertinentes à aplicação de recursos em projetos culturais, realizados por meio de incentivo fiscal para fomento indireto, a que se refere às leis estaduais nº 8.266, de 26/12/2018, e Lei nº 7.035/2015, e dá outras providências. (DO-I de 25/3/19).

**SECRETARIA DE ESTADO
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE**

RESOLUÇÃO INEA Nº 171 DE 27 DE MARÇO DE 2019

Aprova a NOP-INEA-37.R-0 - critérios, definições e condições para outorga de direito de uso de recursos hídricos superficiais (OUT-SUP). (DO-I de 29/3/19).

RESOLUÇÃO INEA Nº 172 DE 27 DE MARÇO DE 2019

Aprova a NOP-INEA-38.R-0 - critérios, definições e condições para outorga de direito de uso de recursos hídricos subterrâneos (OUT-SUP). (DO-I de 29/3/19).

RESOLUÇÃO INEA Nº 173 DE 27 DE MARÇO DE 2019

Aprova a NOP-INEA-39.R-0 - critérios, orientações e procedimentos para elaboração do relatório de avaliação hidrogeologia (RAH). (DO-I de 29/3/19).

RESOLUÇÃO INEA Nº 174 DE 27 DE MARÇO DE 2019

Aprova a NOP-INEA-40.R-0 - critérios, definições e condições gerais para concessão de certificado ambiental de uso insignificante de recursos hídricos (UI) (DO-I de 29/3/19).

RESOLUÇÃO INEA Nº 175 DE 27 DE MARÇO DE 2019

Aprova a NOP-INEA-41.R-0 - norma operacional de direito de uso de recursos hídricos para aproveitamentos hidrelétricos (geração de energia). (DO-I de 29/3/19).

RESOLUÇÃO INEA Nº 176 DE 27 DE MARÇO DE 2019

Aprova a NOP-INEA-42R-0 - critérios, definições e condições para outorga de direito de uso de recursos hídricos superficiais com finalidade de mineração - extração de areia em leito de rio (extração de areia). (DO-I de 29/3/19).

RESOLUÇÃO INEA Nº 177 DE 27 DE MARÇO DE 2019

Aprova a NOP-INEA-43R-0 - critérios e procedimentos para perfuração de poços tubulares (perfuração). (DO-I de 29/3/19).

RESOLUÇÃO INEA Nº 178 DE 27 DE MARÇO DE 2019

Aprova a NOP-INEA-44R-0 - critério e procedimentos para autorização ambiental para tamponamento de poços tubulares e poços manuais (tamponamento).

**SECRETARIA DE ESTADO DE
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO.**

PORTARIA PR/FAETEC Nº 570 DE 27 DE MARÇO DE 2019

Dispõe sobre o PRONATEC no âmbito da FAETEC (DO-I de 29/3/19)

CPI - CRISE FISCAL
(Resolução nº 01/2019)

Destinada a investigar as origens e consequências da crise fiscal enfrentada pelo estado do Rio de Janeiro e os atos irregulares que possam ter sido cometidos por gestores públicos e privados

4ª reunião:

Dia: 01-abril-2019

Hora: 14:00

Local: Sala 311 Palácio Tiradentes

Informe Legislativo Estadual – Diretoria Jurídica/GGJ. Publicação semanal da Gerencia Jurídica de Defesa de Interesse Coletivo (GJD). Equipe Técnica: Gerente: Flavia Ayd – Assistentes: Isaura Machado; Reinaldo Oliveira Ferreira Junior e Tatiane Abranche. Informações técnicas e obtenção de cópias das propostas apresentadas neste informe através dos telefones: (21) 2563.2515; fax (21) 2563.4419, ou por e-mail: Isaura@firjan.org.br. Av. Graça Aranha nº 1. Autorizada a reprodução desde que citada a fonte. As informações citadas nesse informe foram retiradas dos Diários Oficiais dos Poderes Executivo e Legislativo do Município do Rio de Janeiro.